

# *O Ensino Supletivo na Cidade de Rio Claro – SP\* .*

*Ruth Leia Pereira de Oliveira*

## **Resumo**

*O presente trabalho faz uma retrospectiva da “educação de adultos” no Brasil, bem como assinala alguns dados sobre o ensino supletivo na cidade de Rio Claro - SP.*

## **1. Tentativas de implantação da educação de adultos no Brasil.**

A educação de adultos, de certo modo, só inicia sua história, no Brasil, nas últimas seis décadas. Isto não quer dizer que as preocupações com o assunto, sejam tão recentes. Na verdade, datam dos tempos do Império, as alusões, às necessidades de proporcionar instrução aos adultos iletrados, suas disposições legais, mesmo as primeiras classes noturnas de educação de adultos. Somente nos meados da década de 1940, surge uma legislação fragmentária, que não caracterizava um compromisso das administrações regionais para com a extensão dos serviços às populações adultas; um pequeno número de escolas mantidas pela iniciativa estadual, municipal e particular, abertas aos reduzidos contingentes de adultos notadamente nas grandes cidades, cedem lugar, nesta nova fase, a um preenchimento global do Governo da União. Postula-se, estudar, a necessidade de educação de todos os adultos: “todos os brasileiros analfabetos, nas cidades ou nos campos, conscientes ou não dessa necessidade de educação, deverão ser alcançados pela escola”<sup>1</sup>. A administração pública se obriga a providenciar a criação das vagas indispensáveis ao atendimento de todos. Nesta nova fase, a educação para todos os adolescentes e adultos analfabetos também se apresentaria no Brasil, sobretudo como tarefa do Estado.

Há diversos marcos significativos neste processo de expansão da educação de adolescente e adultos entre os objetivos da atuação do Estado no Brasil: a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930; a fixação da idéia de um Plano Nacional de Educação, na Constituição de 1934; a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, no Ministério da Educação e Saúde, em 1938; os resultados do Recenseamento Geral do Brasil, de 1940; a Instituição do Fundo Nacional de Ensino Primário de

1942, e sua regulamentação em 1945; a criação de um serviço de Educação e Saúde, em 1947, e a aprovação neste mesmo ano, de um Plano Nacional de Educação Supletiva para adolescentes e adultos analfabetos, chamada Campanha de Educação de Adultos.

A evolução da Campanha apresentou duas etapas distintas. A primeira, cujos limites coincidem com a permanência do professor Lourenço Filho na direção geral dos trabalhos, estendeu-se de 1947 a 1950 e marcou as principais conquistas do Movimento. Em seguida, a segunda etapa, se estendeu até 1954, onde a Campanha continuou a desenvolver-se normalmente, amparada ainda na organização e no impulso dados às atividades da etapa anterior.

A partir de 1954, o ritmo de desenvolvimento dos trabalhos passou a refletir as conseqüências da mudança de orientação atribuída à política educacional da União por novas administrações. A partir desta data, a Campanha de Educação de adultos praticamente encerrou sua existência oficial. Todavia, o Serviço de Educação de Adultos do Departamento Nacional de Educação e os Serviços Estaduais de Educação de Adultos continuaram mantendo em funcionamento a rede de Ensino Supletivo implantada em 1947, estendendo a influência da Campanha até os nossos dias.

Uma das primeiras campanhas de alfabetização foi o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização).

## **2. A educação de jovens e adultos, na cidade de Rio Claro - SP**

Atualmente em Rio Claro, são várias as instituições que trabalham com a educação de Jovens e Adultos.

- Telecurso 2000: onde um monitor auxilia os alunos em todas as matérias, usando as apostilas do próprio Curso. Acontece em algumas escolas do Estado.

\*O presente estudo é resultado de atividades realizadas na disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental e Médio, ministrada pela professora doutora Marilena Ap. Jorge Guedes de Camargo, no Curso de Graduação em Matemática da UNESP em Rio Claro.

<sup>1</sup> *Beisiegel, R. C. Estado e Educação Popular, p. 42*

- Fundação Bradesco (Brastemp): somente para funcionários.

- Exame Supletivo: o aluno estuda em casa e em datas marcadas pela Delegacia de Ensino, paga uma taxa de aproximadamente R\$14,00 por matéria, faz as provas relativas ao ensino fundamental e médio. Se o aluno for aprovado em todas as matérias, ele recebe o diploma do ensino médio, caso contrário, ele deverá esperar uma nova data. A idade mínima para fazer as provas no ensino fundamental e no ensino médio é 15 anos e 18 anos, respectivamente.

Dentro deste trabalho não podemos deixar de citar também as “classes de aceleração”. No Brasil, 83% dos estudantes repetem pelo menos uma vez no ensino fundamental ou desistem da escola antes de concluí-lo. Segundo dados do IBGE no ano de 1996 dos 3,65 milhões de adolescentes com 14 anos, entre eles apenas 621.500 (16,99%), estavam na oitava série neste ano, de acordo com o Ministério da Educação (MEC). Foi pensando nestes alunos que estudam em séries atrasadas em relação a sua idade que várias escolas estaduais e municipais criaram programas de aceleração, onde o estudante cursa até três séries em um ano. A aceleração e os ciclos de ensino contínuo (Progressão Continuada), formando um sistema anti-reprovação são previstos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). O ensino acelerado tem caráter emergencial e temporário. Não podemos deixar de lembrar que como outras medidas de combate à reprovação, ele representa redução de gastos. Iniciou-se em 1996 e o máximo de tempo previsto para seu término é o ano 2000.

### **3. Como funciona a Educação de Jovens e Adultos na escolas estaduais**

O Ensino Supletivo na cidade de Rio Claro, tem por finalidade:

a) Suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham concluído na idade própria;

b) Proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.

O acesso a esse tipo de escolaridade não tem restrições quanto a idade máxima nem a estudos anteriores. Uma avaliação de conhecimentos e experiências é admitida, o que representa indiretamente a aceitação da validade dos

chamados currículos ocultos.

Para atender a esse tipo especial de aluno, os conteúdos curriculares deverão estar orientados para a prática social e o trabalho. A metodologia, deve considerar o amadurecimento e a experiência do aluno, o que forçosamente exige a atenção de professores especializados, isto é, de professores cuja preparação transcende os currículos rotineiros das faculdades de Pedagogia.

O jovem e o adulto que procuram o Ensino Supletivo fazem-no para recuperarem o tempo perdido, por imposição da própria organização social, pela forma capitalista de divisão do trabalho ou porque tiveram de abandonar a escola regular por razões até de sobrevivência material. Daí, a necessidade de um professor especializado, capaz de entender toda essa problemática e de abordá-la de maneira diversa daquela usada com o aluno do ensino médio regular.

Novas modalidades de ensino não estão vedadas, de modo que se possa atender a esse aluno específico nas diferentes regiões do país. Abre-se assim um leque de possibilidades e de oportunidades, não só para o jovem e o adulto, como também para os sistemas de ensino que têm a obrigação de cumprir o princípio constitucional de universalização do ensino fundamental e médio.

Se não há limite de idade máxima para o ingresso na rede supletiva, ela existe como exigência mínima para o início de um Curso:

- 12 anos para as quatro primeiras séries do ensino fundamental;

- 14 anos para as últimas séries; e

- 17 anos para os cursos de nível médio.

Essas restrições têm sua razão de ser, pois representam uma tentativa de reter na rede regular o maior número possível de alunos naquelas faixas etárias. É preciso entretanto, que esses dispositivos não se tornem incentivos para o abandono da escola e só venham atender os casos extremos.

Seria desejável que a rede supletiva ficasse restrita aos que quisessem uma educação continuada. Antes, porém, faz-se necessário que se erradique a pobreza.

São deveres do Estado como apoio ao ensino fundamental nas escolas públicas e segundo o que dispõe a Constituição “programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”.

Quanto ao material escolar, existe a FAE (Fundação de Assistência ao Estudante). Mas é preciso que seja mais criteriosa a seleção para que se assegure a presença do livro nas mãos dos alunos carentes, no início de cada ano letivo.

#### 4. Exposição dos dados do Curso Supletivo

São cinco escolas que oferecem o Curso Supletivo, sendo que duas trabalham com Ensino Fundamental: E. E. Prof.<sup>a</sup> Zita de Godoy e E. E. Prof. Joaquim Salles, e três delas com Ensino Médio: E. E. Prof.<sup>a</sup> Heloísa Marasca, E. E. Prof. Odilon Corrêa e E. E. Prof. José Cardoso, no período noturno. São destas três últimas que parte o nosso interesse por este trabalho.

Não quisemos trabalhar com amostras desta população, ou seja com uma parte dos alunos do Ensino Médio Supletivo desta cidade; ao contrário, nossa pesquisa foi realizada em três escolas públicas de Rio Claro – SP que oferecem o Ensino Supletivo com todas as salas de aula (num total 24) com aproximadamente 30 alunos por sala (num total 670 alunos).

Os dados apresentados neste trabalho, referem-se à totalidade dos alunos, e das três escolas juntas.

Houve o seguinte questionário:

- *Idade*
- *Quantos anos ficou fora da escola?*
- *Você trabalha (onde e qual a sua função)?*
- *Por que voltou a estudar?*
- *Qual o seu objetivo ao terminar o supletivo?*
- *Pretende continuar os estudos?*
- *Que você acha do seu curso supletivo?*

As questões apresentadas no referido questionário tiveram como objetivo conhecer o perfil dos alunos que estão cursando o Supletivo neste ano letivo.

Os dados foram expostos em tabelas de acordo com as questões.

**Tabela I**  
**Idade dos 670 alunos**

<b>Faixa etária</b>	<b>Percentual</b>	
17 – 23	43,2%	289 alunos
24 – 28	23,8%	160 alunos
29 – 32	11,5%	78 alunos
33 – 38	13,3%	88 alunos
39 – 45	6,6%	44 alunos
46 – 50	1%	07 alunos
51 – 65	0,6%	04 alunos

Como verificamos na tabela acima, a idade dos alunos que freqüentam o Supletivo nesta cidade, varia entre 17 e 65 anos.

**Tabela II**  
**Anos fora da Escola**

Quantidade de Anos	Percentual	Nº Alunos
nenhum	7,8 %	52
01	5,6 %	37
02	10,3 %	69
03	8,8 %	58
04	7,8 %	52
05	9,1 %	60
entre 6 e 10	22,0 %	153
entre 11 e 15	13,4 %	90
entre 16 e 20	8,0 %	53
entre 21 e 25	3,3 %	22
entre 26 e 30	2,9 %	17
entre 31 e 45	1,0 %	07

Pela tabela II podemos observar que apenas 7,8% dos alunos não pararam de estudar enquanto 92,2% ficaram algum tempo fora da escola; temos alunos que ficaram 45 anos sem estudar e agora com novas oportunidades e talvez necessidades, estejam voltando à escola.

**Tabela III**  
**Motivo pelo qual voltou a estudar**

Motivo	Percentual	Nº alunos
necessidade profissional	21,2 %	131
melhor emprego	26,7 %	165
concorrência no mercado de trabalho	24,7 %	153
concluir o 2º grau	8,9 %	55
adquirir conhecimentos	8,3 %	51
empresa em que trabalha pediu	10,2 %	63

Cabe colocarmos que no questionário não foram dadas alternativas; estas são as respostas dos alunos. Observando os dados da tabela III, verificamos que 82,8% dos alunos voltaram a estudar por um mesmo motivo: **emprego**.

Tabela IV

## Objetivo ao terminar o supletivo

Objetivo	Percentual	Nº Alunos
continuar os estudos(*)	23,8 %	161
apenas cursos	16,9 %	113
curso técnico	13,7 %	92
faculdade	20,7 %	139
não sabe	15,4 %	102
não pretende mais estudar	9,5 %	63

Pelas respostas dos questionários verificamos que 90,5% dos alunos pretendem continuar os estudos; dos 138 que gostariam de fazer faculdade, a maioria pensa no Curso de Direito, mas citam problemas como: condições financeiras para manter o Curso. Dentre os que gostariam de fazer Curso Técnico, (citam o SENAI), e os Cursos de Enfermagem e Eletrônica. Como podemos verificar apenas 9,5% (63) querem apenas o diploma de 2º grau, ou seja não pretendem continuar os estudos.

Tabela V

## Avaliação do seu curso

Avaliação	Percentual	Nº Alunos
ótimo ou muito bom	35,3 %	237
bom	47,4 %	318
razoável	6,9 %	46
fraco	7,2 %	48
falta conteúdo	3,2 %	21

## Referências bibliográficas

- BÁRCIA, M. F. *Educação permanente no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1982.
- BEISEIGEL, C. R. *Estado e Educação popular: um estudo sobre a educação de adultos*. São Paulo, Pioneira, 1974.
- FURTER, P. *Educação permanente e desenvolvimento cultura*, tradução de Teresa de Araujo Penna. Petrópolis, Vozes, 1975.
- FRANCO, M. L. P. B. - *Ensino médio: desafio e reflexões*. Campinas SP, Papirus, 1994. (coleção magistério, formação e trabalho pedagógico)
- NISKIER, A. LDB *A nova lei da educação: tudo sobre a lei de diretrizes e bases da educação nacional*. Rio de Janeiro, Consultor, 1996.

A tabela acima nos mostra o que os alunos acham de seu Curso Supletivo. Temos que 82,7% (aproximadamente 537) dos alunos avaliaram seu Curso como bom ou ótimo.

Da totalidade de alunos consultados (670), todos frequentam a escola no período noturno. Dentre esses 78,4% (525) trabalham, e 21,6% (145) estão desempregados no momento.

Analizamos os locais de trabalho destes 78,4% de alunos estudam e trabalham. Dentre eles predominam os trabalhadores assalariados, registrando-se pequena porcentagem (5%) daqueles que trabalham por conta própria; 21,8% (146) executam serviços de rotina no setor da indústria 56,5% (378) trabalham no comércio e serviços; destes, o maior número exerce funções de auxiliar de escritório, recepcionista, vendedor, pintor, pedreiro, balconista, doméstica e segurança.

Em síntese, podemos verificar o quanto está sendo importante o Curso Supletivo para os alunos que ficaram algum tempo fora da escola. Voltando a estudar, acreditam que a inserção no mercado de trabalho ficará mais fácil ou lhes possibilitem melhores remunerações.

---

Ruth Leia de Oliveira é graduanda em Matemática pela UNESP - Rio Claro

---